PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução Nº 2010/XIII

Recomenda a criação de um programa de incentivos à fixação em Portugal de empresas criadas por portugueses no estrangeiro

Exposição de motivos

A emigração de hoje em dia não é igual à da década de 60. Os jovens de hoje representam o enorme investimento de um País na geração do presente e do futuro, que em parte acaba por emigrar. Portugal tem, atualmente, em idade de ingresso no mercado de trabalho, a geração mais qualificada e que, caso continue a emigrar, representa uma dupla perda: a do investimento efetuado na escolarização e a de mão de obra qualificada. Assim sendo, é imperativo que Portugal estabeleça estratégias que cativem os jovens a permanecer e a investir no País.

Segundo um estudo recente, a maioria dos emigrantes inquiridos não tem conhecimento de medidas de incentivo ao regresso a Portugal, apesar da maior parte dos jovens portugueses o pretenderem. Contudo, não é claro quais os fatores a obstar à decisão de regresso, sendo possível identificar alguns, tais como (Góis, Marques e Pinho, 2017):

- Baixos salários na profissão desenvolvida;
- Poucas oportunidades de carreira;
- Poucas oportunidades de emprego na área de experiência em concreto;
- Burocracia e ineficiência das organizações;
- Instabilidade económica;
- Escassez de recursos financeiros e oportunidades para iniciar negócios.

Tendo em conta estes resultados, constata-se que não basta uma resposta isolada para resolver o problema, sendo necessário que existam **condições estruturais** que atraiam os jovens qualificados para o regresso. Será necessário criar outros incentivos, tais como programas e políticas públicas de incentivo ao regresso. Aliás, 84% dos inquiridos atribui muita

importância à **situação política e económica** do país e reconhece a importância da definição de uma estratégia nacional de apoio ao regresso da geração de jovens qualificados emigrantes.

Para os que regressam e que se pretendem reintegrar no mercado de trabalho em Portugal, as competências e a experiência adquiridas costumam ser valorizadas. A mais valia intelectual e de experiência, numa larga proporção dos emigrantes que regressam, é fonte de criação de negócios ou de desenvolvimento de empregos independentes. A maioria dos inquiridos (70%) considera que a experiência adquirida no estrangeiro terá relevância para o mercado de trabalho português, o que vem apontar para a **mais-valia da emigração quanto à inserção futura do jovem** no mercado de trabalho português.

Uma grande parte dos emigrantes inquiridos considera também ter **perfil de empreendedor**, sendo que mais de metade referiu que **gostaria de desenvolver uma atividade empresarial em Portugal** ou investir num negócio em território nacional. Neste âmbito, e para aqueles efeitos, a maioria considera que é muito importante que existam programas de incentivo à criação de negócios, bem como de acesso a financiamento.

Ainda nesta linha, uma parte significativa dos emigrantes considera que é fundamental existir a disponibilização de informação sobre as formas de obtenção de recursos financeiros para a criação de um negócio. O estudo revela também **que alguns dos incentivos pedidos pelos emigrantes já são atribuídos pelo Estado**, o que significa que existe uma falha grande de comunicação (e acompanhamento) entre o Estado e os emigrantes. A baixa remuneração do trabalho no país é também fator decisivo para os jovens, visto ser bastante difícil criar poupanças que permitam depois investir no início de uma empresa.

Os jovens portugueses são reconhecidos, até internacionalmente, pela capacidade empreendedora na criação de novos produtos e serviços (por exemplo, a *Via Verde* ou o *MBWAY*). Assim, é especialmente preocupante a falta de competência do atual Governo, que apesar da vontade existente da maioria dos jovens de regressar e investir em Portugal, não tem conseguido criar programas e estratégias para que tal seja possível.

Em simultâneo, também tem demonstrado incapacidade para combater os baixos salários praticados em Portugal, a escassez de progressão de carreira e de oportunidades, o excesso de burocracia, a instabilidade económica e a escassez de recursos.

Desta forma, muitas vezes, ficam por concretizar ideias inovadoras em Portugal, não por falta de capacidade ou vontade, mas pela exagerada burocracia, falta de apoios financeiros e de estratégia global.

Assim, relevando o supra exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimes aplicáveis, a Juventude Social Democrata vem propor que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Providencie pela criação de incentivos, tais como programas e políticas públicas, baseados num programa de incentivos à fixação em Portugal de empresas fundadas por portugueses no estrangeiro e de empresas de inovação com forte investimento no mercado português. Em concreto, a criação de infraestruturas em zonas periféricas das grandes cidades e concessão de benefícios fiscais (em sede de IRC e contribuições para a Segurança Social) a serem canalizados para o investimento em inovação.
2. Promova Portugal como centro de criação e teste de produtos e serviços, com a criação de facilidades para realização de testes tecnológicos em Portugal, através da criação de uma plataforma de inovação.

Assembleia da República, 21 de fevereiro de 2019.

Os Deputados do Partido Social Democrata,